

SOB A PELE DAS PALAVRAS

Cilene da Cunha Pereira conseguiu agrupar textos dispersos de Celso Cunha, seu pai. Valeu-se como motivo do verso do poema de Carlos Drummond de Andrade:

Sob a pele das palavras há cifras e códigos (A Flor e a Náusea).

A investigação persistente e inteligente estruturou uma obra em que o filólogo, o gramático e o crítico literário Celso Cunha aparece com excelentes produções de artigos e ensaios.

Logo de início, a introdução prepara a cronologia da vida de Celso Cunha e a bibliografia.

A seguir, surgem os estudos de Medievalista com temas tais como: sentido e forma da poesia trovadoresca, amor e ideologia na lírica trovadoresca, valor das grafias **-eu** e **-eo** do século XIII ao século XVI.

Surge a Camonística que trata de: Camões e a unidade da língua; pronúncia camoniana e outros temas.

Parte importante é ocupada pela **Lexicografia** – Rio de Janeiro, histórico de um topônimo, a magia da palavra, etc.

Esclarece sobre os campos de estudos da **Filologia e da Lingüística**: Presença de Antenor Nascente; o ofício de filólogo.

Última parte chama-se **Memorialística** em que se lê: O ensino do Português; Jornalismo e Universidade; Filologia e vida.

Os **dispersos** de Celso Cunha mostram a grandeza e a vitalidade perene do mestre, do acadêmico e do orientador dos estudos de Filologia e de Lingüística.

Prof. Ir. Elvo Clemente

O “retorno a Saussure” de Benveniste: a língua como um sistema de enunciação

João Fernando de Moraes Trois*

Resumo – Este trabalho parte do princípio de que as condições de enunciação do texto de Benveniste encontram-se em Saussure (*do Curso de lingüística geral*). Desta forma, pretende acompanhar o movimento de retorno a Saussure realizado por Benveniste para definir a língua enquanto um sistema de enunciação. O que importa sintetizar da perspectiva de leitura de Benveniste é o seu ato de “romper a barreira” mantendo o sistema (da língua), num trabalho de leitura que produz sua *aufhebung* (gesto de superar conservando) sobre os princípios saussurianos (*do Curso de lingüística geral*). Nessa perspectiva, destacam-se três textos de Benveniste, que expressem de forma minimalista a estrutura teórica que sustenta o axioma que propõe para defini-lo, qual seja: “A língua é um sistema de enunciação”. São eles: *A forma e o sentido na linguagem*; *Da subjetividade na linguagem*; *O aparelho formal da enunciação*. A leitura desses três textos serve de fio condutor para pensar a passagem de Saussure a Benveniste, que se expressa através do princípio de que: “O sistema lingüístico, sem deixar de constituir um sistema, deveria tomar em consideração os fenômenos de enunciação” (Benveniste, PLG II, p. 62). Destacam-se, assim, em linhas genéricas, a passagem realizada por Benveniste das relações entre os signos no interior do sistema da língua (na perspectiva saussuriana) para as relações entre as posições de enunciação do sujeito na língua. Passa-se a um sistema de enunciação onde a língua só existe pelo exercício da fala. Enunciar é “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, PLG II, p. 82). Por fim, indica-se que este retorno abre uma perspectiva para pensarmos uma teoria do sujeito (excluída em Saussure).

Benveniste é, de um lado, um estrito saussuriano e de outro busca romper a barreira do fechamento do sistema pelo estudo da significação, de modo geral, e mais particularmente, pelo estudo da subjetividade na língua. Por essa via ele procura manter o sistema como fechado em si, mas que tem paradigmas próprios para a constitui-

* Programa de Pós-Graduação em Letras – UFRGS.
e-mail: jaoctrois@yahoo.com.br

ção da subjetividade, ou melhor, da intersubjetividade da linguagem (Guimarães, 1995, p. 45).

Benveniste produziu o seu “retorno a Saussure” ao realizar uma segunda volta no interior do campo saussuriano. Assim, reabre, com suas perguntas, o sistema de Saussure, para posteriormente voltar a fechá-lo, a partir de sua posição de leitor – produzindo sua própria teorização através desta leitura. Dito de outra forma, Benveniste, ao enunciar sua própria teoria do interior do campo saussuriano, o reatualiza, através de seu lugar singular de enunciação, renovando a significação deste campo. A singularidade desta renovação, indica que este “novo” não deve ser confundido com uma hermenêutica, que manteria o campo saussuriano sempre aberto a novas significações. Trata-se de um retorno enunciativo, ou seja, que instaura um vazio no interior do campo saussuriano. Esse vazio pode ser representado pelo questionamento que este campo provoca no leitor, ou pela leitura que mantém o questionamento como possibilidade de sustentação de uma alteridade com o texto. Esse espaço vazio convoca um sujeito a preenché-lo e com isso mantém a diferença entre a primeira e a segunda volta neste campo – entre Saussure e a leitura de Benveniste no interior do campo saussuriano – inscrevendo, assim, um lugar singular de produção à própria teoria de Benveniste.

Este “movimento de retorno” foi teorizado por Lacan para dizer de seu retorno a Freud. Para que ele se produza, é preciso:

[...] ater-se à topologia do sujeito, a qual só se elucida em uma segunda volta sobre si mesma. Tudo deve ser redito em uma outra face para que se feche o que ela encerra, que certamente não é o saber absoluto, mas a posição de onde o saber pode revolver efeitos de verdade. Sem dúvida, foi de uma sutura praticada por um momento nessa articulação que se assegurou aquilo que de ciência logramos em termos absolutos (Lacan, 1998, p. 369).

Tentemos acompanhar este movimento realizado por Benveniste para o que nos interessa abordar – a língua enquanto um sistema de enunciação. O que a nós importa sintetizar, da perspectiva de leitura de Benveniste, é o seu ato de “romper a barreira” mantendo o sistema (da língua). Trabalho de leitura que produz sua *aufhebung* (superar conservando) sobre os princípios saussurianos (do *Curso de lingüística geral*).

Nessa perspectiva de leitura, destacamos três textos de Benveniste, que consideramos expressar de forma minimalista a estrutura teórica que sustenta o axioma que propomos para defini-lo, qual seja: “A língua é um sistema de enunciação”. Estudaremos: A

forma e o sentido na linguagem; Da subjetividade na linguagem; O aparelho formal da enunciação.

A leitura desses três textos é suficiente para pensarmos a passagem de Saussure a Benveniste. Isso se revela através do princípio por ele enunciado de que: “O sistema lingüístico, sem deixar de constituir um sistema, deveria tomar em consideração os fenômenos de enunciação” (Benveniste, PLG II, p. 62).

Destacaremos, em linhas genéricas, a passagem realizada por Benveniste das relações entre os signos no interior do sistema da língua (na perspectiva saussuriana) para as relações entre as posições de enunciação do sujeito na língua. Na primeira posição, denominada no âmbito semiótico, as palavras já possuem sua significação no sistema da língua. O segundo âmbito refere-se ao semântico, onde as palavras adquirem significação no discurso (utilização da língua pelo falante). Para tal sistema, a língua não existe, a não ser pelo exercício da fala. Sendo, então, a enunciação “[...] este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, PLG II, p. 82).

Iniciemos pelo texto *A forma e o sentido na linguagem*, onde Benveniste vai apresentar sua perspectiva de estudo da língua (sua semântica estrutural) opondo nela dois níveis de significação – um semiótico, outro semântico. Este texto começa com um questionamento sobre o que é a significação. A resposta a esse questionamento organizará todo o argumento sustentado no texto, apresentando de modo exemplar o método de pensamento estrutural do autor.

Parte-se do pressuposto seguinte: antes de qualquer coisa, de qualquer definição possível, a linguagem significa, ou seja, é da própria “natureza” da linguagem significar. Diríamos: a linguagem não pode não significar. Benveniste nos diz que essa significação está necessariamente ligada ao exercício do discurso, indicando, já no começo de seu texto, que a significação está necessariamente ligada à dimensão semântica da língua. A língua se realiza por meio de sons (emitidos e percebidos) que se organizam em palavras dotadas de sentido, ao serem instanciadas por um ato de fala.

Benveniste parte da noção saussuriana de que a língua é um sistema de signos, para ir além da análise realizada por Saussure. Diríamos que o signo de Saussure será o coelho que Benveniste coloca em sua cartola, para fazer aparecer – aqui e de outra maneira – o que já se encontrava lá – no *Curso de Saussure*. E também para “fazer melhor” desaparecer aqui (em Benveniste) o que continua lá (em Saussure).

Para que esse “passe” de mágica se produza, é preciso realizar um desencaixe – da unidade do signo intralingüístico – seguido de um re-encaixe – em sua nova unidade: a palavra. Vejamos passo a passo.

Primeiro Benveniste apresenta o conceito: “Dizer que a língua é feita de signos significa dizer que o signo é a unidade semiótica” (Benveniste, PLG II, p. 224). Depois apresenta sua (con)seqüência lógica. Prepara o desencaixe (relativizando): para tal, é preciso esclarecer primeiro a noção de signo enquanto unidade e posteriormente no que depende da semiótica. Apresenta o desencaixe em duas partes: o signo é a unidade de significação pois não podemos descer abaixo dele sem perder a significação.

O signo assim definido depende da consideração semiótica da língua. Conclusão parcial: o signo é limitado pela significação. O conceito de significação subordina o de signo. Torna-se necessário, agora, reorganizar o conjunto a partir da noção de significação. Já não estamos mais com a mesma teoria do valor de Saussure – pura diferença. Segue Benveniste: há dois modos de significação na língua: 1. o modo semiótico, que está organizado por relações paradigmáticas e internas à língua, onde cada signo é significativo em relação a sua diferença com os demais; 2. o modo semântico, que está organizado por operações sintagmáticas no nível da frase, através da colocação da língua em ação por um locutor.

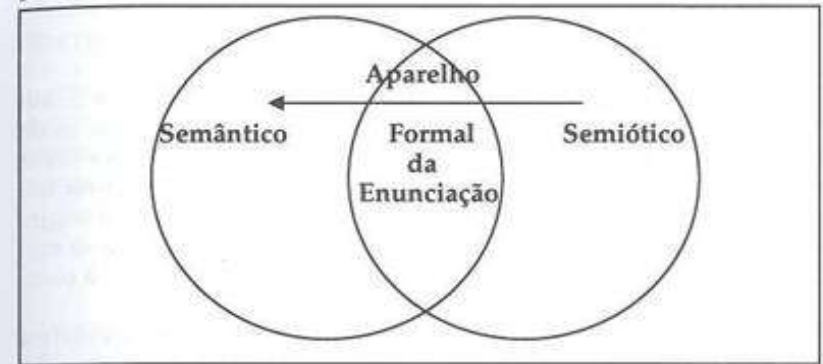
Assim, a semiótica constitui uma propriedade da língua e a semântica uma propriedade do locutor. As noções de forma e sentido, anteriormente disjuntas (semiótico, para a forma dos signos e semântico, para o sentido das palavras na frase) aparecem definidas e englobadas sob o enfoque semântico. “Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria [...]” (Benveniste, PLG II, p. 233).

Esse englobamento, proposto por Benveniste, do nível de significação produzido pela articulação semântica – onde o sentido é definido pela mensagem, que é organizada pelas palavras que, por sua vez, são determinadas pelo contexto de situação de discurso – vai possibilitar o desenvolvimento teórico sobre a categoria de pessoa e os conceitos de intersubjetividade e de enunciação.

Deslizar do signo à significação na linguagem é a modalidade de dar forma ao sentido na linguagem – assim conclui-se o enigma cifrado no título deste item. Mas esta passagem não se completa sem a concepção de um aparelho formal de enunciação – que não apenas reorganiza o esquema mas acaba por subvertê-lo. Vejamos a seqüência das relações entre os âmbitos semiótico e semântico da

linguagem, relacionados ao conceito de enunciação, no esquema abaixo:

O primeiro âmbito tem como unidade o signo, o segundo, a palavra.



No âmbito Semiótico: a unidade de significação é o Signo – corresponde ao conceito de língua em Saussure (*Curso*) –, ou seja, a língua é uma pura possibilidade combinatória (diferencial) que está virtualmente à disposição da comunidade dos falantes. Assim, o âmbito semiótico define-se pela existência do signo na língua, que depende exclusivamente das relações diferenciais que estabelece no interior do sistema, independentemente da existência do sujeito e da referência.

No âmbito Semântico: a unidade de significação é a Palavra – considerada como “língua em uso”. É a palavra que, ao ser *agenciada* pelo locutor, coloca a língua em funcionamento. Língua e uso são indissociáveis. Um não existe sem o outro. Assim, o âmbito semântico está na dependência da apropriação da língua, de seu uso por um locutor, sendo que “as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico” (Benveniste, PLG II, p. 233).

Com o *Aparelho Formal de Enunciação*, a unidade de significação passa a ser o próprio ato de enunciação. O *Aparelho* integra os dois sistemas anteriores. Aqui as palavras (semantizadas pelas relações que estabelecem no interior das frases) transformam-se em *indicadores de subjetividade* – eu-tu / ele enquanto signos de *uma relação ao ato de fala* – pois implicam, na e pela enunciação, a “referência à situação de discurso e à atitude do locutor” (Benveniste, PLG II, p.230) onde atitude e contexto (*este – aqui – agora*) tornam-se inseparáveis.

A passagem do Semiótico ao Semântico é realizada pelo aparelho formal de enunciação. Feita a passagem, a Enunciação adquire *status* de conceito englobante, subvertendo as unidades do semiótico e do semântico. Chega-se, assim, à definição de que: “A linguagem está de tal forma organizada que permite a cada locutor apropriar-se da língua toda designando-se como eu” (Benveniste, PLG I, p. 288).

Conclui-se que a distinção dicotômica entre os âmbitos Semiótico e Semântico da língua desaparece, ao ser pensada através de sua articulação pelo Aparelho Formal de Enunciação. Assim, a relação entre dois conjuntos – um semiótico (que significa na língua) e outro semântico (que significa no uso da língua) – é englobada pelo ato de enunciação, através do qual tanto a língua se realiza no sujeito como o sujeito na língua. Desliza-se do signo à palavra, e da língua à presença do sujeito na língua.

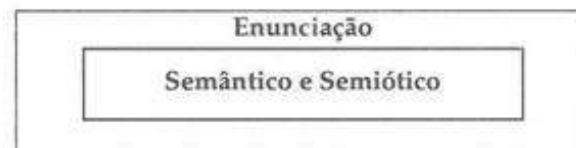
Nosso esquema se redefine: a Enunciação engloba e (re)define uma relação necessária na língua entre o Semiótico (signo) e o Semântico (discurso). Deixamos um esquema de classificação dualista (da relação Semiótico e Semântico, e vice-versa) em que predomina a lógica *das partes*, ou seja, da complementariedade dos elementos (do signo para o primeiro e da palavra para o segundo) no interior do conjunto – elidindo a referência à totalidade (da estrutura) da qual constitui – para a lógica *do todo*, de preeminência da estrutura, isto é, do *Aparelho Formal da Enunciação*.

Assim temos um esquema de englobamento, onde, no nível superior temos unidade e no inferior temos distinção (faz parte e ao mesmo tempo difere da unidade). Um exemplo desta lógica hierárquica pode ser encontrado na narrativa do Gênesis sobre a criação de Eva a partir de uma costela de Adão. Num primeiro nível (englobante), homens e mulheres pertencem à categoria englobante *Homem* como representantes da espécie humana. Num segundo nível (englobado), homens e mulheres diferem como protótipos de indivíduos (partes de um conjunto: a espécie humana) machos ou fêmeas. É só com referência ao nível 1 que pode haver unidade no nível 2. Dito de outra forma, o princípio da unidade encontra-se fora do casal.¹ Assim, por exemplo, podemos enunciar “este homem não é Homem”, lendo (escutando) – com Benveniste (e com Lacan) – em cada termo dois valores (dois significantes) diferentes do mesmo conceito. Talvez pudéssemos dizer, aqui,

¹ Confira-se o trabalho do antropólogo francês Louis Dumont, *Homo hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*, que desenvolveu uma teoria própria da hierarquia para compreender as diferenças entre sociedades Holistas – como a Índia – e sociedades individualistas – como a nossa sociedade ocidental moderna.

saussurianamente, que o valor (determinado pelas relações do sistema) instaura a diferença determinando a significação.

Num exemplo empírico, cotidiano e não propriamente lingüístico, podemos observar que o valor não pode ser dissociado das relações de diferença produzidas no interior de um conjunto. Assim, por exemplo, não existe mão direita e mão esquerda senão em referência à totalidade do corpo humano. Elas são sempre vistas em relação a um todo que as organiza e as define. Ou seja, diferenciação quer dizer diferenciação de valor. Neste breve procedimento analógico, para não sairmos do campo da linguagem, retomemos esquematicamente:



Do conjunto de signos da língua (presentes de forma geral e *a priori* indefinido para o sujeito), as palavras mobilizam alguns destes signos e os articulam a uma significação particular (a partir do uso da língua) que decorre da forma como as palavras se arranjam e se relacionam no interior de uma determinada configuração sintática. “A palavra é a unidade do semântico, entretanto ela está sempre na frase pois a função da língua é predicar” (Lichtenberg, 2001, p. 153).

Mas esta unidade de base, que é a palavra, não tem a menor consistência se um “eu” não fala nela. Um “eu” que é, ao mesmo tempo, signo do código na língua e índice do enunciador na mensagem, como poderia ser dito em linguagem jakobsoniana. Assim, na perspectiva da enunciação, a palavra “eu” que designa o enunciador (quem diz eu) está em relação existencial com a enunciação na qual funciona como índice, onde um sujeito vai enunciar neste encaixe lingüístico. Benveniste fornece um conteúdo existencial ao que seria, em Saussure (*Curso de lingüística geral*), apenas uma estrutura universal da linguagem.

Esta passagem foi possível, em grande parte, pelo desenvolvimento do conceito de subjetividade elaborado por Benveniste.

Em “Da subjetividade na linguagem” (1988), Benveniste começa por questionar a afirmação de que a linguagem possa ser considerada como instrumento de comunicação. Considerá-la como instrumento seria opô-la ao homem, que não existe em sua natureza separado da linguagem. Tanto um (homem) quanto outro

(linguagem) são de “natureza” eminentemente simbólica e realizam-se mutuamente.

Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem (Benveniste, PLG I, p. 285).

Dessa forma, a subjetividade define-se por existir na própria linguagem. E traduz-se pela “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (Benveniste, PLG I p. 286).

É “ego” quem diz *ego*. É “eu” que se apresenta como *sujeito* em seu discurso.

Portanto, fica esclarecido, logo de início, que não se trata de nenhum sujeito psicológico (sentimento de si mesmo), nem biológico (espécie) ou mesmo sociológico (indivíduo), pois só há sujeito na linguagem, fundamentado no *status lingüístico da ‘pessoa’*.

[...] o sujeito, nessa concepção, é produto de um jogo de interação dado pelo uso das formas lingüísticas que, pertencentes à língua, possibilitam a passagem do locutor a sujeito num processo de apropriação da língua (Flores, 1999, p. 28).

Os pronomes pessoais são essas formas lingüísticas que indicam a ‘pessoa’. Eles são signos que, apesar de existirem na língua, não remetem a um conceito. Os pronomes pessoais existem na língua como signos vazios, que só adquirem sentido dentro de uma instância de discurso. A subjetividade está no próprio exercício da língua. Designar-se como *eu* permite ao locutor apropriar-se de toda a língua.

A linguagem de algum modo propõe formas “vazias” das quais cada locutor em exercício de discurso se apropria e as quais refere à sua “pessoa”, definido-se ao mesmo tempo a si mesmo como eu e a um parceiro como tu (Benveniste, 1989, p. 289).

A forma pronominal “ele”, por estar fora da alocação e não remeter a nenhuma pessoa, é designada por Benveniste como “não-pessoa”. “A forma ele... tira o seu valor do fato de que faz necessariamente parte de um discurso enunciado por “eu” (Benveniste, PLG I, p. 292).

Assim, a enunciação, por estar sustentada por aquele que se enuncia “eu”, identifica-se com o próprio ato. É a subjetividade do discurso (seus indicadores) que torna possível o ato enunciativo. Como nos indica Benveniste, dizer “*ele*” *jura* é uma descrição, mas dizer “*eu*” *juro* torna-se um compromisso.

O fecho se fecha. A língua, então, longe de ser um instrumento, deve ser assumida como intersubjetividade para que a comunicação seja possível.

No *Aparelho Formal da Enunciação*, Benveniste define que “eu” e “tu” são dois signos vazios e não referenciam nada da realidade, servindo apenas para estabelecer uma relação intersubjetiva na linguagem. Quando alguém fala, esses signos vazios se preenchem e tornam-se cheios, referindo tanto o sujeito que fala neles quanto a situação de enunciação em que estão implicados “aquele que fala”, “aquele a quem se fala”, e também “aquele que está ausente” dessa fala. Toda essa referência está limitada pelo tempo em que um “eu” toma a palavra diante de um “tu”. Quando esse “eu” se cala, dá direito ao “tu” de tornar-se “eu”, que (re)toma esse lugar “da própria boca de seu interlocutor” (Dufour, 2000, p. 85). Sucintamente, usar “eu” é “reconhecer-se mutuamente o direito à fala”.

Trocando, sem parar, “eu” e “tu”, garantimos por contraste nosso ar-rimo comum no presente, definido por um “aqui” e um “agora” [...]. O presente nada mais é do que o tempo em que “eu” fala a “tu” (Dufour, 2000, p. 86).

Dessa forma, poderíamos dizer que, do ponto de vista da enunciação (e também da psicanálise) “eu” só existe por um outro (“tu”) e, se esse outro não está, “eu” corre o risco de desaparecer. Mas “eu” também existe para um outro (“tu”) no qual “eu” se reconhece. Assim, “eu” é aquele que diz “eu”, mas é preciso que diga “eu” em presença (real e / ou simbólica) de um “tu”, que autentifique a consistência desse “eu” diante de si próprio. Poderíamos dizer, nesse sentido, que existir é ex-sistir de si mesmo. Mas para que “eu” e “tu” se assegurem mutuamente de sua presença (ou da referência a sua indexação na língua) é preciso que o “ele” faça o seu papel, garantindo a ausência fora do campo definido pelo *órgão da troca* “eu” e “tu”. Dito de outra forma, o “ele” ao representar a ausência no discurso garante a presença do “eu-tu”. Existe um “eu-tu”, *aqui e agora*, incluídos no discurso porque existe um “ele”, lá, ausente, fora da cena.

Podemos dizer, então, com Dufour (2000), que “é necessário ao sujeito [eu (eu-tu)] e a esse outro [tu (eu-tu)] um Outro [ele] marcando a ausência fora do campo deles para que não contamine a copresença” (Dufour, 2000, p. 91).

Esses operadores de enunciação de Benveniste – das relações transitivas entre o “eu” e o “tu”, representadas pelo conector lógico “e”, assim como a relação intransitiva designada pelo “ele” representada pelo disjuntor lógico “ou” – guardam forte relação de iso-

morfismo com os operadores de linguagem de Jakobson – da metáfora, enquanto ausência positivamente representada no campo da presença, e da metonímia como sucessão de lugares dos espaços de fala do sujeito.

Quando um lugar de enunciação – espaço de fala – articula-se a um momento de enunciação – *este, aqui e agora* – um sujeito pode aí advir como efeito de sentido dessa articulação. Talvez, assim, de uma teoria do sentido (presente em Benveniste) possamos articular uma teoria do sujeito (ausente em Benveniste).

Tal afirmação, ao ser enunciada como fecho deste trabalho, indica a necessidade de reabri-lo para melhor avançarmos. Pois, sustentar essa articulação, demandaria um desdobramento que nos levaria a situar o retorno do sujeito excluído de Saussure no Aparelho da Enunciação de Benveniste. Esse “retorno do que foi excluído” nos levaria a sustentar um passo a mais e relacionar a perspectiva de Benveniste com a perspectiva da psicanálise. Para tal sustentação, deveríamos produzir um enlace da perspectiva de Benveniste, a partir da noção de língua como campo de ligações estruturais de lugares de enunciação (que permite ao sujeito, num mesmo lance, acessar a língua e aceder à condição de pessoa ao habitar a estrutura simbólica da linguagem), com a psicanálise lacaniana que, ao acrescentar a essa série de laços estruturais uma subtração, nos permite teorizar sobre a falta que os organiza e os define ao redor de um impossível (de dizer), de um interdito, de algo que ao estabelecer um limite à estrutura a define enquanto existente.

Mas, como caminhar é desequilibrar-se, para que esse passo a mais não se torne um passo em falso, deveríamos, ainda, acrescentar a noção de interdito à concepção antropológica de Benveniste – “a linguagem ensina a própria definição de homem” (PLG I, p. 285) – enquanto fundamento de toda a possibilidade de cultura (e de uma antropologia) e de toda a possibilidade de subjetividade (que haja sujeito do e ao inconsciente, como nos indica a psicanálise). Assim, tanto a cultura (cf. Lévi-Strauss) quanto o inconsciente (cf. Lacan) podem estar “estruturados como uma linguagem”. Conclusão: 1. entrar na cultura ou aceder ao inconsciente torna-se o mesmo que entrar num sistema simbólico que se constitui na e pela linguagem; 2. enunciar é se dobrar às exigências desse sistema simbólico que tem como condição de sua existência um impossível que lhe é fundante; 3. este impossível é sustentado por uma função discursiva – “Tudo não se diz”. Como nos indica Milner “aquilo que para o falante é lugar do impossível é também lugar de uma proibição” (1987, p. 44). Essa *função* seria, então, o que nos outorga

um lugar na estrutura da linguagem e que organiza essa própria estrutura (para falar é preciso ocupar esse lugar). Mas, esse lugar, para psicanálise, não é um lugar vazio. Ele está constituído de uma série de traços que são os traços ideais supostos a essa *função*. Por isso Lacan vai situar o sujeito falante como aquele que aceitou ocupar esse lugar (de ser falado por seu *Ideal do Eu*). Assim, o lugar de onde o sujeito fala é o mesmo de onde ele é falado pelo seu *Ideal do eu*. Não estamos mais totalmente com Benveniste. Nosso sujeito não é mais um sujeito de pura enunciação, uma concha vazia a ser preenchida, mas um sujeito que irá compor sua enunciação na linguagem e na língua, com os traços que lhe foram cunhados em sua estrutura subjetiva e que conformam seu *Ideal de eu* e sustentam seus projetos identificatórios. Esses traços definirão seu estilo, sua forma de compor com a linguagem, seu “fazer-com-a-língua”, isto é, seu Sinthoma – aquilo que lhe diz singularmente e que lhe fala na estrutura.

Mas puxar essa história é puxar outros fios da linguagem – aqueles que articulam Benveniste e Lacan. Então, aguardemos o momento oportuno.

Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1988.
- . *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- DUFOUR, D.-R. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2000.
- FLORES, V. *Linguística e psicanálise: princípios de uma semântica da enunciação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- . Para um estudo enunciativo da categoria aspecto nos verbos do Português do Brasil. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 34, n. 2. jun.-1999, p. 91-126.
- GUIMARÃES, E. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.
- LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LICHTENBERG, S. Usos do todo: uma abordagem enunciativa. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 36, n. 4. dez.-2001, p. 147-181.
- MILNER, J.-C. *O amor da língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- SOUZA, A. M. *Precisões clínicas*. No prelo, [2003].
- SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1969.